

ACTA N° 12

Acta da Sessão Ordinária do dia 29 de Junho de 2007

----- Aos vinte e nove dias do mês de Junho de dois mil e sete, pelas dezoito horas e trinta minutos, no Edifício dos Paços do Concelho e na sua Sala de Sessões, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, sob a presidência do senhor Jorge Domingues Camarneiro, secretariado pelo senhor Manuel Marcelino dos Santos Manangão e pelo senhor Hugo Emanuel da Silva Ribeiro Jorge, respectivamente primeiro e segundo secretários. -----

----- Feita a chamada, verificou-se que faltaram à presente Sessão os seguintes deputados municipais: Ana Maria Vasconcelos, Joaquim Plácido, Luísa Costa, Manuel Pereira, Manuel Bogalho, Maria Helena Marques, Maria Dulcília Sereno e Mário Tarenta. -----

-----Da parte do executivo estiveram presentes o senhor Presidente da Câmara e os senhores Vereadores Albina Rocha, Fernando Capela, Marco Domingues e Manuel Frade. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia colocou a discussão e a votação a acta da sessão anterior. -----

----- Após votação, a acta da sessão anterior foi aprovada com uma abstenção. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia referiu-se à correspondência recebida e expedida, ficando a mesma ao dispor dos senhores deputados para eventual consulta. -----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

----- O senhor deputado Silvério Regalado congratulou o executivo pela resolução do problema da lota da Vagueira, realçando que tinha sido encontrada uma solução que iria ao encontro da pretensão dos pescadores. -----

----- O senhor deputado André Pinho iniciou a sua intervenção felicitando o executivo pela organização de mais um torneio inter-associações, aproveitando para felicitar também os vários clubes do concelho pela sua prestação na época desportiva. De seguida, questionou o executivo no sentido de saber quando serão feitas as obras no campo do Grupo Desportivo de Calvão, prometidas há alguns anos. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro congratulou-se com a resolução do problema da lota da Vagueira, independentemente da forma como este foi resolvido, destacando que em todo este processo deu para se aperceber da forma como alguns membros da Assembleia funcionam em política. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado fez suas as palavras da senhora deputada Dina Ribeiro, referindo que o grupo municipal do PSD não aceita as críticas que lhe foram imputadas durante este processo, afirmando que nunca quis tratar esta questão como uma questão política, destacando que mais importante foi a resolução do problema. Por fim, questionou o executivo sobre qual o ponto da situação da revisão do PDM de Vagos. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro, em resposta ao senhor deputado Silvério Regalado, explicou que na última sessão tinha sido criada uma Comissão, para tentar resolver a questão da lota, Comissão essa constituída pelos porta-vozes dos partidos com assento na Assembleia. Essa Comissão marcou um encontro com os pescadores, para tomar conhecimento do ponto da situação. Na sequência dessa reunião com os pescadores, resolveu-se marcar uma reunião com a Docapesca, ficando o senhor deputado Pires Plácido incumbido da marcação da reunião, e o senhor deputado Silvério Regalado com a responsabilidade de avisar os membros da Comissão. Passado algum tempo, recebeu um

telefonema do senhor deputado Silvério Regalado a dizer que tinham tentado marcar a reunião, mas que a engenheira da Docapesca não estava disponível para receber a Comissão, e que apenas receberia o advogado dos Pescadores, Dr. Mário Tarenta, o senhor deputado Silvério Regalado e o NEVA. Como tal, a sua participação ficou pelo caminho. ----

----- O senhor deputado Silvério Regalado afirmou que a senhora deputada Dina Ribeiro tinha cometido uma imprecisão, pois quem tinha marcado a reunião com a Docapesca teria sido o NEVA e que ele e o Dr. Mário Tarenta estiveram presentes na reunião a convite destes últimos. -----

----- O senhor Presidente da Câmara começou por dar os parabéns a todos os que estiveram envolvidos na resolução do problema da lota da Vagueira, em especial ao NEVA. Quanto ao campo do Grupo Desportivo de Calvão esclareceu que existiam duas situações: o campo de futebol das escolinhas, anunciando a existência de um acordo com a Câmara Municipal no sentido de avançar com a sua execução, apontando a data de Outubro para a finalização da obra; em relação ao Campo Padre Baptista, de futebol de onze, esclareceu que este foi objecto de uma candidatura à DGTDU (Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano), candidatura essa que foi aprovada. Entretanto, quando já estava tudo pronto para obter o financiamento, o processo foi reenviado para a Secretaria de Estado do Desporto que, à falta de verbas para financiar este tipo de obras, suspendeu o processo. Sobre a revisão do PDM, informou que já existia uma parecer favorável da CTA (Comissão Técnica de Acompanhamento), estando a Câmara à espera de receber esse parecer, para que o processo siga para discussão pública, aguardando que lá para Setembro se inicie essa discussão pública. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado questionou sobre quais os motivo do atraso do PDM ao longo destes anos, se estes teriam de facto a ver com as sucessivas alterações de governos ou com as sucessivas alterações das próprias leis, destacando a importância deste ponto, uma vez que se trata de uma promessa do PSD feita em 2001. ----

----- O senhor Presidente da Câmara fez um breve resumo do historial do processo da revisão do PDM de Vagos, desde 1992, altura em que o PDM em vigor foi publicado, realçando a evolução que o processo teve desde 2002. Considerou que existiam vários factores que atrasam um processo de revisão, um dos quais o próprio processo formal que foi instituído em 1999, que passou a ser todo gerido pelas CCDR's e pelo poder central, dando por vezes origem a desentendimentos entre os vários órgãos, dando como exemplo o desacordo entre a CCDR/C (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Centro) e a Direcção Geral de Turismo, acerca de um empreendimento turístico para Vagos. -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

----- **PONTO UM – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALINEA e) DO PONTO 1 do ARTIGO 53º, DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO.** -----

----- O Senhor Presidente da Câmara deu a conhecer à Assembleia a informação financeira e actividade municipal, no período compreendido entre vinte e quatro de Abril e vinte e cinco de Junho de dois mil e sete. -----

----- O senhor deputado André Pinho agradeceu à Câmara Municipal o apoio dado à cultura no Concelho e congratulou-se pelas diversas actividades organizadas. -----

----- PONTO DOIS – REGULAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE VAGOS. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao executivo para apresentação do documento em discussão.

----- O Senhor Presidente da Câmara começou por afirmar que este Regulamento surgiu no seguimento da concertação de várias autarquias para que as tarifas e as soluções de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos fossem comuns. Referiu que este documento é o reflexo das imposições quer do programa PEASSAR II (Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais), quer da nova legislação publicada pelo governo relativa a estas matérias. Informou ainda que o documento é extremamente importante para o acesso a fundos comunitários. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro questionou o executivo sobre a ausência, no Regulamento, das taxas a praticar, bem como da forma como serão cobradas. Questionou ainda sobre se iria haver locais específicos para o vazamento e despejo de entulho, e quem eventualmente os irá definir. -----

----- O senhor deputado José Lazaro demonstrou a sua discordância com dois artigos deste Regulamento: o numero dois do artigo vinte e dois, sobre o qual gostaria de saber qual o valor das coimas para quem não retirar do seu terreno o lixo deixado por outros, e o artigo vinte e sete, que proíbe a alimentação de qualquer animal na via pública por parte das pessoas, questionando no sentido de esclarecer se qualquer pessoa que alimentasse um animal abandonado e faminto na via pública era multada, deixando a ideia que a Câmara deveria capturar os animais abandonados, criando um canil municipal. -----

----- O senhor Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que a alimentação dos animais vadios é proibida por Lei, e o que se passava neste documento não era mais que a transcrição dessa mesma Lei. Em relação às taxas, informou que foi fixado um preço que cada munícipe, empresa ou serviço irá pagar pelo lixo que produzirá, preço esse que se encontra no Regulamento de taxas e tarifas do município de Vagos. Em termos de cobrança, admitiu ser um processo muito complicado, e que neste momento estão em desenvolvimento parcerias com a EDP e os CTT para encontrar soluções para a efectivar. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro apresentou a posição do Grupo Municipal do CDS-PP, em relação ao documento em questão, começando por afirmar que um Regulamento só tem efeitos se criar regras e for rigoroso na aplicação das mesmas, considerando que a cobrança da taxas será a questão mais problemática. Chamou a atenção do executivo para vários aspectos fundamentais: a necessidade de informar as pessoas em relação ao que está previsto neste Regulamento, dar o exemplo no que respeita à recolha e limpeza de contentores de lixo e criar os locais específicos para colocar os “monos” e o entulho. Só depois destas etapas concluídas deverá a Câmara fiscalizar, aconselhando a elaboração de um desdobrável que contenha pelo menos as proibições presentes no Regulamento. ----

----- O senhor deputado Silvério Regalado realçou a especificidade e a clarividência deste documento, destacando a importância de um Regulamento de resíduos sólidos urbanos em qualquer município, para se poderem aplicar as sanções a quem não cumpra as regras. -----

----- O senhor deputado Tony Richard começou por criticar a utilização do atrelado para recolha dos “monos” na freguesia de Ouca, considerando que este Regulamento poderá resolver esta situação e definir pontos de recolha, evitando assim a recolha casa a casa. -----

----- O senhor Presidente da Câmara considerou que o conceito mais perfeito de recolha e selecção de lixos era o que era feito por cada pessoa em sua casa, admitindo que a ideia para o futuro, e já posta em prática em alguns países, passava pela entrega de contentores individuais às próprias pessoas e estas ficarem responsáveis pelo lixo que produziam. -----

----- O senhor deputado Paulo Santos afirmou que o chocava profundamente a proibição de alimentação dos animais na via pública, considerando que a Câmara deveria dar condições mais dignas aos animais, com o aperfeiçoamento do canil municipal, principalmente no aumento da capacidade. -----

----- O senhor Presidente afirmou que a Câmara, juntamente com a Associação Gaticão, tem um centro de recolha com capacidade para 100 animais, não podendo a Câmara estar constantemente a aumentar as instalações conforme as necessidades, pois por lei estavam definidos limites. Além disso, a Associação de Municípios da Ria está a estudar a possibilidade de construção de um canil intermunicipal e a constituição de uma Sociedade a nível intermunicipal que recolha e trate os animais. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Regulamento de resíduos sólidos urbanos. -----

----- Após a votação, o Regulamento foi aprovado por unanimidade. -----

----- **PONTO TRÊS – CARTA EDUCATIVA DE VAGOS – ACERTO DO NÚMERO DE SALAS DO PRÉ-ESCOLAR.** -----

----- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Executivo para apresentação do tema em discussão. -----

----- O senhor Presidente da Câmara explicou que a Carta Educativa foi aprovada pela DREC (Direcção Regional de Educação do Centro), com a condição da adaptação dos cinco centros educativos aos critérios normativos, no que diz respeito às salas de jardim-de-infância. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro questionou o executivo no sentido de saber o nome da empresa que elaborou a Carta Educativa e onde está sedeadada. -----

----- O senhor Presidente da Câmara informou que a empresa era a NeoTerritório, com sede em Lisboa. -----

----- A senhora deputada Dina Ribeiro, afirmando mais uma vez que não concordava com a Carta Educativa, anunciou que o Grupo Municipal do CDS-PP concorda com as alterações apresentadas, mas que gostaria que fossem feitas mais alterações, para ir ao encontro da posição tomada aquando da aprovação da mesma. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado, estranhando a questão que a senhora deputada Dina Ribeiro colocou acerca da empresa que elaborou a Carta Educativa, afirmou não entender o enquadramento da intervenção da deputada do CDS-PP. -----

----- O senhor Presidente da Câmara informou que toda a estrutura da DREC elogiou a Carta Educativa, nomeadamente a sua Directora, tendo em conta as soluções apresentadas. No entanto, quem dá parecer vinculativo, no Ministério da Educação, é o GIASE (Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo), que avaliará as

propostas pelos critérios do próprio Ministério da Educação. Além disso, a DREC irá ainda dar pareceres aos projectos de arquitecturas dos centros educativos. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia colocou à votação as alterações à Carta Educativa. -----

----- Após a votação, as alterações à Carta Educativa foram aprovadas por unanimidade. -----

----- A senhora deputada Helena Marques justificou a sua falta à sessão devido a compromissos profissionais, solicitando assim ao senhor Presidente da Mesa a justificação da falta. -----

----- **PONTO QUATRO – CONTRATAÇÃO DE LEASING PARA AQUISIÇÃO DE MAQUINARIA.** -----

----- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Executivo. -----

----- O senhor Presidente da Câmara começou por referir que, no sentido de aumentar a eficácia na recolha do lixo no Concelho, era necessária a aquisição, em regime de leasing, de uma viatura nova para recolha de lixo, sendo a proposta mais vantajosa a apresentada pela Caixaleasing. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a autorização para contratação de leasing para aquisição de maquinaria. -----

----- Após a votação, foi aprovada por unanimidade a autorização de contratação de leasing à Caixaleasing. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público para intervir. -----

----- O Sr. Mário Tarenta, da freguesia de Calvão, interveio para louvar o arquitecto Sarabando pelo seu livro “As hienas também choram”, considerando ser um livro que todos deveriam ler. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao segundo secretário para a leitura da minuta. -----

----- De imediato o segundo secretário, Hugo Jorge, procedeu à leitura da minuta da acta da presente Sessão. -----

----- O senhor Presidente da Mesa colocou a minuta da acta à votação, tendo esta sido aprovada por unanimidade.

----- E nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a Sessão, da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----